

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS TESES E DAS DISSERTAÇÕES

STUDENTS WITH INTELLECTUAL DEFICIENCY IN HIGHER EDUCATION: AN ANALYSIS OF THESES AND DISSERTATIONS

Fabiane Vanessa BREITENBACH¹

Fabiane Adela Tonetto COSTAS²

RESUMO: Pesquisas envolvendo pessoas com deficiência na Educação Superior não são recentes, muitos pesquisadores abordaram diversos aspectos inerentes à temática. Entretanto, quando focamos a especificidade da deficiência intelectual identificamos que o número de investigações é restrito. Com o objetivo de mapear as pesquisas que vêm sendo realizadas nos Programas de Pós-graduação sobre ingresso, permanência e participação de alunos com deficiência e com deficiência intelectual na Educação Superior, realizamos um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. O recorte temporal foi do ano 2005 até julho de 2018. Como descritores de busca utilizamos as expressões combinadas: universidade x deficiência, Educação Superior x deficiência, Ensino Superior x deficiência, universidade x deficiência intelectual, Educação Superior x deficiência intelectual, Ensino Superior x deficiência intelectual. Após a leitura dos títulos e dos resumos das 176 teses e dissertações encontradas, através da técnica de Análise de Conteúdo, realizamos uma categorização dos temas abordados. Na seqüência, analisamos os trabalhos completos que contemplaram os estudantes com deficiência intelectual. Constatamos que existe um número reduzido de trabalhos que abordam a deficiência intelectual na Educação Superior, apenas cinco contemplaram a deficiência intelectual, o que indica a necessidade de empreender investigações com essa temática, especialmente a partir da alteração da Lei nº 12.711/2012 em dezembro de 2016, inserindo as pessoas com deficiência no público contemplado pela reserva de vagas/cotas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Intelectual. Educação Superior. Educação Especial.

ABSTRACT: Researches involving people with disabilities in Higher Education are not recent, many researchers have addressed several aspects inherent to the theme. However, when we focus on the specificity of intellectual disability we find that the number of investigations is restricted. With the objective of mapping the researches that have been carried out in the Postgraduate Programs on admission, permanence and participation of students with disabilities and with intellectual disability in Higher Education, we conducted a survey in the Bank of Thesis and Dissertations of the Coordination of Improvement of Personnel and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations. The temporal cut was from year 2005 to July 2018. As search descriptors we use the combined expressions: university x deficiency, Higher Education x deficiency, Higher Education x deficiency, university x intellectual deficiency, Higher Education x intellectual deficiency, Higher Education x deficiency intellectual. After reading the titles and abstracts of the 176 theses and dissertations found, through the technique of Content Analysis, we performed a categorization of the topics covered. In the sequence, we analyze the complete works that contemplated the students with intellectual deficiency. We found that there are a limited number of papers dealing with intellectual disability in Higher Education, only five of them considered intellectual disability, which indicates the need to undertake research on this subject, especially since Law no. 12.711 / 2012 was amended in December. 2016, inserting people with disabilities in the public contemplated by the reservation of vacancies/quotas in the federal universities and in the federal institutions of technical education of average level.

KEYWORDS: Intellectual Disability. Higher Education. Special Education.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), é Técnica em Assuntos Educacionais na UFSM. fabiane.breitenbach@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professora associada II do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (CE/PPGE/UFSM). fabricostas@gmail.com

INTRODUÇÃO

A temática ingresso e permanência de estudantes com deficiência na Educação Superior não é recente, muitas pesquisas já abordaram diversos aspectos inerentes ao tema. Todavia, quando olhamos para a especificidade da deficiência intelectual, percebemos que as investigações ainda são reduzidas, o que pode ser justificado, em parte, pelas próprias políticas educacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), indicam que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e as etapas da educação, entretanto, outros documentos que regulamentam o atendimento dos estudantes figurados como da Educação Especial não se estendem à Educação Superior.

A Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009, por exemplo, instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, não fazendo referência à Educação Superior, e pode ser situada como exemplo da regulamentação da Educação Especial apenas na Educação Básica, sem considerar o pressuposto legal da Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis e as etapas da educação. Embora essa normativa não se comprometa ou se responsabilize com a Educação Superior, a partir dela, podemos observar que não existe um documento correlato ou uma política pública específica voltada ao atendimento educacional especializado na Educação Superior. Esse fato denuncia o histórico descrédito na possibilidade de escolarização, nos níveis mais elevados da educação nacional, das pessoas consideradas alunado da Educação Especial.

Com relação ao caso específico dos estudantes com deficiência intelectual, a descrença no seu acesso à Educação Superior é ainda mais acentuada. A Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, que “dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições”, especifica apenas os requisitos de acessibilidade que devem ser observados nos casos de estudantes com deficiência física, deficiência visual e deficiência auditiva, não fazendo referência aos estudantes com deficiência intelectual. De tal modo, a normativa que deveria subsidiar a acessibilidade a partir e em prol das pessoas com deficiência nesse nível de educação, exclui a condição da deficiência intelectual.

Por outro lado, os dados estatísticos oriundos das últimas três Sinopses Estatísticas da Educação Superior indicam que o número de estudantes com deficiência intelectual na Educação Superior tem aumentado, conforme podemos perceber na tabela abaixo.

Tabela 1 – Número de estudantes com deficiência intelectual na Educação Superior

		2014	2015	2016
PÚBLICA		402	476	444
	Federal	286	384	351
	Estadual	90	75	76
	Municipal	26	17	17
PRIVADA		587	1.207	945
TOTAL		989	1.683	1.389

Fonte: Adaptado das Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2014, 2015 e 2016 (INEP, 2015, 2016 e 2017), indicando as matrículas de estudantes com “Necessidades Especiais” nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Tipo de Necessidade Especial, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES.

Em comparação com o ano de 2014, em 2015, tivemos um acréscimo de 694 estudantes com deficiência intelectual na Educação Superior, passando de 989 para 1.683 estudantes, o que corresponde a um aumento de 70,17% no número de matrículas. Contudo, essa mudança no quadro estatístico deve-se, principalmente, às instituições privadas, que de 587 estudantes com deficiência intelectual em 2014 passaram a 1.207 em 2015, o que significa um aumento de 105,62%. Na Rede Federal, essa porcentagem atingiu 34,26%, passando de 286 estudantes em 2014 para 384 em 2015.

Já, o Censo da Educação Superior relativo ao ano de 2016, publicado no ano de 2017, indica um total de 1.389 estudantes com deficiência intelectual matriculados na Educação Superior, 945 na esfera privada e 444 na pública, destes 351 na Rede Pública Federal.³

Observa-se um aumento exponencial na matrícula de alunos com deficiência intelectual entre os anos de 2014 e 2015, especialmente, em razão da rede privada de ensino, que em 2015 detinha 71,71% das matrículas de estudantes com deficiência intelectual, se comparado com os 59,35% do ano de 2014. No ano de 2016, o número de matrículas na rede privada diminuiu, passando de 1.207 para 945, diminuindo 21,70%. Entretanto, se comparado com o ano de 2014, em 2016, a rede privada seguiu mantendo um percentual bem elevado de matrículas de estudantes com deficiência intelectual, 68,03% das matrículas.

Os dados das Sinopses Estatísticas da Educação Superior dos anos de 2014, 2015 e 2016 indicam que, possivelmente, o número de estudantes com deficiência intelectual na Educação Superior seguirá aumentando nos próximos anos. A alteração na Lei nº 12.711/2012, popular “Lei de Cotas”, através da Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, determinando a reserva de vagas para pessoas com deficiência em todas as Universidades Federais e Instituições Federais de ensino técnico de nível médio, também acena para essa possibilidade de aumento no número de matrículas, dado que só poderá ser de fato confirmado com a publicação do Censo da Educação Superior relativo ao ano de 2018⁴, visto que, quando da alteração dessa Lei, muitas Universidades já haviam realizado ou estavam realizando os processos seletivos para o ingresso dos estudantes do ano de 2017⁵.

Considerando a situação descrita, materializamos neste artigo os resultados de uma investigação que tem por objetivo realizar um levantamento estatístico e uma análise das dissertações e das teses que foram produzidas nos programas de Pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, acerca do ingresso, da permanência e da participação de alunos com deficiência na Educação Superior, com enfoque na deficiência intelectual.

MÉTODO

Para operacionalização desta pesquisa realizamos um levantamento no Banco de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Como recorte temporal escolhemos o ano de 2005 porque neste ano, em nível de Governo Federal, foi instituído

³ Embora essa descrição não esteja registrada no Censo, é possível inferir que os Institutos Federais e os Centros Federais de Tecnologia estejam incluídos nesta estatística.

⁴ Documento que será publicado, em princípio, no segundo semestre de 2019.

⁵ A Sinopse Estatística da Educação Superior do ano de 2017 ainda não foi disponibilizada. Conforme Portaria nº 911 de 2017, o prazo para preenchimento dos dados pelas Instituições de Ensino Superior foi até 24 de abril de 2018, e a data para divulgação dos dados do Censo da Educação Superior é 14 de setembro de 2018.

o Programa Incluir – Programa de Acessibilidade na Educação Superior. Utilizamos, como descritores de busca, as expressões combinadas: universidade x deficiência, Educação Superior x deficiência, Ensino Superior x deficiência, universidade x deficiência intelectual, Educação Superior x deficiência intelectual, Ensino Superior x deficiência intelectual. Após tabulação dos dados e exclusão de pesquisas repetidas, identificamos um total de 176 trabalhos desde o ano de 2005 até julho de 2018, sendo 36 teses de Doutorado e 140 dissertações de Mestrado, entre Mestrado Acadêmico e Profissional.

Após a coleta dos trabalhos, através da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2008), com base na leitura dos títulos e dos resumos, os trabalhos foram categorizados conforme os temas abordados. Embora alguns possam ser encaixados em mais de uma categoria, por exemplo, um trabalho que aborde pessoas com deficiência visual na educação a distância, consideramos a temática que era mais proeminente no texto.

RESULTADOS

Os 176 trabalhos publicados entre os anos de 2005 e 2018 foram classificados em 17 categorias: “Políticas, acesso, acessibilidade e permanência”; “Deficiência visual”; “Surdez”, “Percepção dos professores”; “Educação profissional”; “Percepção dos estudantes com deficiência”; “Educação a Distância”; “Deficiência intelectual”; “Atitudes frente aos estudantes com deficiência”; “Acessibilidade em bibliotecas”; “Altas Habilidades/Superdotação”, “Avaliação da Aprendizagem”, “Orientação Profissional”, “Atendimento ao Aluno com Deficiência”; “Deficiência Física”; “Intervenção Psicopedagógica”; e “Distúrbios da Aprendizagem”.

No amplo título “Políticas, acesso, acessibilidade e permanência”, encaixam-se 51 trabalhos, que abordam vários aspectos sobre as pessoas com deficiência na Educação Superior: políticas de cotas, processos de seleção, acessibilidade, apoios à permanência e à aprendizagem, etc. Na maioria das vezes, quando se aborda a questão do acesso se trata, por excelência, de cotas e/ou reserva de vagas que, na condição de política institucional⁶, não de Estado, é muito recente no cenário nacional. Talvez, por ser uma política institucional, ou seja, uma escolha da instituição e não uma obrigação legal, esse tema demande muitos questionamentos e, conseqüentemente, muitas pesquisas. As instituições não sabem o “como fazer”, estão aprendendo, com suas próprias experiências, com as experiências de outras instituições, e os estudos sobre esses processos são importantes para dar conhecimento e difundir o que está acontecendo, além de colaborar com sugestões sobre o tema. Felizmente, o acesso e as cotas não são mais as únicas preocupações dessas pesquisas, que se ocupam também em investigar o que está acontecendo após o processo de ingresso desses estudantes.

A “Deficiência visual” e a “Surdez” foram as deficiências que mais incidiram como tema de pesquisa, 21 trabalhos abordaram cada um dos temas.

A “Deficiência visual”, possivelmente por demandar adequações que extrapolam as questões de ordem arquitetônica, causa muitos questionamentos e inquietações. O crescente uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como facilitadoras da aprendizagem

⁶ No Brasil, as cotas e/ou reservas de vagas para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, instituídas pela Lei nº 12.711/2012, não contemplavam as pessoas com deficiência, o que passou a acontecer a partir de dezembro de 2016, quando essa lei foi alterada.

dessas pessoas, além de possibilitar a permanência na Educação Superior, também tem sido objeto de estudo.

De modo geral, as dissertações e as teses relacionadas à “Surdez” abordam questões pertinentes a Língua Brasileira de Sinais (Libras) enquanto primeira língua desses sujeitos, englobando a garantia do serviço de intérprete da Libras, o trabalho desse profissional, a atuação de professores surdos na Educação Superior e a inserção das disciplinas de Libras nos cursos de licenciatura.

Os professores também têm destacado-se como sujeitos das pesquisas, os 20 trabalhos que contemplaram e publicizaram os discursos desses sujeitos foram inseridos na categoria “Percepção dos professores”. Há que se considerar que, assim como a Educação Superior é uma possibilidade recente na vida das pessoas com deficiência, ter alunos com deficiência também é uma nova realidade para os professores universitários, os quais, na maioria das vezes, não têm formação para o exercício da docência. Dessa maneira, ouvir os docentes é a possibilidade de conhecer outras demandas que envolvem os processos de aprendizagem dos estudantes com deficiência na Educação Superior, é a oportunidade de saber como essas pessoas estão gestando seu trabalho diante dessa nova realidade.

A “Educação profissional”, sobretudo nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, também tem sido campo de investigação para quem estuda a escolarização dos sujeitos com deficiência. Os Institutos Federais, por abarcarem desde a Educação Básica (por excelência cursos de nível médio) até a pós-graduação, oferecem muitas possibilidades de investigação. Noutra perspectiva, por estarem distribuídos em diversos *campis* e cidades, ampliaram as possibilidades de acesso à Educação Superior para todas as pessoas, inclusive, para aquelas com alguma deficiência. Foram localizados 18 trabalhos que tematizam a educação das pessoas com deficiência na Educação Profissional, número significativo se considerarmos que os Institutos Federais foram criados em 29 de dezembro de 2008.

Alguns pesquisadores têm ocupando-se em ouvir os estudantes com deficiência, conhecer suas histórias, suas estratégias, suas superações, buscando identificar como constituem-se na condição de estudantes da Educação Superior e os fatores que colaboram para isso. A “Percepção dos estudantes com deficiência” foi abordada em 18 trabalhos, essas investigações possibilitam conhecer como essa recente realidade da Educação Superior está sendo sentida pelos seus principais atores, as pessoas com deficiência.

A formação em nível superior, através da Educação a Distância (EAD), é outra possibilidade que se apresenta às pessoas com deficiência, e foi foco de cinco pesquisas em nível de pós-graduação. A EAD tem sido considerada uma alternativa de acesso à Educação Superior para as pessoas que, por diversas razões, não conseguiram e/ou conseguem realizar sua formação na modalidade presencial. Dentre essas pessoas, destacam-se as que possuem alguma deficiência e/ou limitação para saírem de casa.

A “Deficiência intelectual” foi o foco de estudo em quatro pesquisas, as quais são analisadas mais aprofundadamente na próxima seção deste artigo.

As “Atitudes frente aos estudantes com deficiência” foram temas de pesquisa de três trabalhos, mesmo número de pesquisas que enfocaram a “Acessibilidade em bibliotecas”.

Cada uma das temáticas “Altas Habilidades/Superdotação”, “Avaliação da Aprendizagem”, “Orientação Profissional”, “Atendimento ao Aluno com Deficiência” e “Deficiência

Física” foram temas de dois trabalhos. Ainda, um trabalho abordou a “Intervenção Psicopedagógica” e outro os “Distúrbios da Aprendizagem”.

Após essa classificação por temáticas, todos os resumos foram lidos detalhadamente, e os trabalhos que apresentam uma maior vinculação com a deficiência intelectual na Educação Superior foram analisados na sua íntegra, totalizando cinco trabalhos, quatro específicos sobre a deficiência intelectual e um que contempla, em outras deficiências, a deficiência intelectual.

DISCUSSÃO: A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em 2007, Carneiro defendeu a tese “Deficiência Mental como Produção Social: uma discussão a partir de histórias de vida de adultos com Síndrome de Down”. Apoiada em Vigotski, estudou a história de vida de três adultos com Síndrome de Down, considerados por ela como sujeitos sem deficiência intelectual, chegando inclusive à Educação Superior, defendendo que “mesmo diante de qualquer alteração orgânica, ainda que esta seja em nível estrutural ou funcional do sistema nervoso, é pelas e nas relações sociais que o sujeito se desenvolverá, ou não, como deficiente mental” (CARNEIRO, 2007, p. 10). Nos casos estudados, a autora enfatiza os aspectos sociais e, especialmente a compensação social, conceito desenvolvido por Vigotski na primeira fase dos seus estudos sobre defectologia, como responsável pela superação dos limites e pela não configuração da situação de deficiência intelectual. Apesar de serem três histórias de vidas diferentes, inclusive um dos sujeitos vivendo na Espanha, a autora identificou características comuns entre eles: ruptura com os prognósticos negativos, escolarização em escola comum, imagem de si e, por último, vivências no mundo do trabalho.

“A trajetória de inclusão de uma aluna com NEE, Síndrome de Down, no Ensino Superior: um estudo de caso” foi a dissertação apresentada por Lima (2008). A autora investigou toda a trajetória de uma pessoa com Síndrome de Down, desde as estimulações recebidas na primeira infância até a vivência na universidade. Durante o acompanhamento realizado na universidade, foram realizadas entrevistas com colegas e professores. Ao final do estudo, Lima constatou que as famílias das pessoas com necessidades educacionais especiais devem realizar encaminhamentos com seus filhos desde o nascimento para que possam desenvolver ao máximo suas potencialidades. Ainda, defendeu que a inclusão escolar desde a Educação Infantil é promotora da cultura inclusiva e, conseqüentemente, reduz a cultura do assistencialismo.

Embora não tenha centralizado a investigação apenas nos sujeitos com deficiência intelectual, Nascimento (2011) ouviu as pessoas com deficiência para elaboração da dissertação “Quando as ‘exceções’ desafiam as regras: vozes de pessoas com deficiência sobre o processo de inclusão no Ensino Superior”, que teve como objetivo identificar as características da inclusão nesse nível de ensino. A autora ouviu oito sujeitos com deficiência, sendo elas: deficiência auditiva/surdez, deficiência visual (cegueira e baixa visão) e deficiência intelectual (nesse caso, Síndrome de Down). Concluiu que esses estudantes demoram mais para chegar ao Ensino Superior e ainda enfrentam muitas dificuldades para tal, em especial, a falta de acessibilidade. Identificou que existem algumas ações isoladas nas instituições, mas que faltam políticas institucionais.

“A inclusão do estudante com deficiência intelectual na educação superior do IFRS Bento Gonçalves: um olhar sobre a mediação docente” é o título da dissertação de Mestrado em Educação de Accorsi (2016), que teve como objetivo “analisar o processo de inclusão de um estudante com deficiência intelectual em uma instituição de educação superior, com foco

na mediação docente” (ACCORSI, 2016, p. 141). A pesquisa caracterizada como um estudo de caso e ancorada teoricamente em Vigotski, possibilitou a constatação de que a mediação do professor é necessária para garantir a aprendizagem do estudante com deficiência intelectual.

A autora identificou que a maioria dos docentes que participaram da pesquisa não possuem uma licenciatura, são egressos de cursos de bacharelado e não possuem formação específica para o exercício da docência. Essa constatação, embora oriunda de um estudo de caso, ilustra a condição da maioria dos professores da Educação Superior.

A tese de Lopes (2016) intitulada “Programa de transição para a vida adulta de jovens com deficiência intelectual em ambiente universitário” buscou “analisar os efeitos de um Programa de Transição para a Vida Adulta no Ambiente Universitário que tem como finalidade propiciar experiências de aprendizagem aos jovens com DI” (LOPES, 2016, p. 25). Para realização da tese, a pesquisadora realizou uma pesquisa experimental, elaborando um programa intitulado “Programa Próximos Passos (PPP)”.

O PPP é um projeto de extensão universitária com certificação. É um curso de três anos para alunos com DI em ambiente universitário, com práticas que incluem estrutura centrada no aluno nas áreas: acadêmica, de habilidades sociais, vida independente e de formação profissional. O PPP foi concebido visando considerar as características únicas de cada participante, incluindo as suas aspirações para o futuro e os desejos da família e da comunidade em que cada um está inserido. (LOPES, 2016, p. 90).

Participaram do programa quatro alunos com deficiência intelectual (considerada moderada), nove professores de disciplinas específicas (especialistas nas diferentes áreas do comportamento adaptativo), 22 professores das salas regulares (professores de disciplinas regulares dos diferentes cursos para todos os alunos) e 32 mentores (alunos da Educação Superior que ofereceram suporte para os estudantes do Programa).

Lopes (2016) concluiu que houveram ganhos para os jovens com deficiência intelectual, tanto em relação às aprendizagens dos conteúdos acadêmicos, quanto nos conhecimentos relativos à vida social e independente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos a análise desses trabalhos constatamos que existe um número reduzido de trabalhos que abordam a deficiência intelectual na Educação Superior no Brasil. No universo de 176 trabalhos coletados, apenas cinco contemplaram a deficiência intelectual, sendo que um deles não tematiza especificamente a deficiência intelectual.

Nesse sentido, com base nas teses e dissertações analisadas e nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior, foi possível constatar que existem pessoas com deficiência intelectual na Educação Superior, embora muitos desses possam estar “invisibilizados”, e falar sobre eles não tem sido necessário, fato este que fomenta situações de não aprendizagem, marcadas pelo abandono, pela repetência, pela retenção e pela evasão desses sujeitos nesse nível de ensino.

Partindo disso, compreendemos que investigar esse tema pode colaborar para a problematização das políticas públicas de Educação Especial, pois, na medida em que esses sujeitos encontram-se “invisibilizados” e/ou, muitas vezes, em situação de não aprendizagem na

Educação Superior, acena-se para o fracasso das atuais políticas públicas de Educação Especial, que não estabeleceram diretrizes para esse nível de ensino, que não estão preparando suficientemente esses estudantes para frequentá-lo e que, ao mesmo tempo, criam a perspectiva de que a Educação Superior é o melhor e único caminho para todos.

Nesse sentido, há que se refletir sobre a proposta atual da Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, bem como sobre a expectativa que esse modelo vem imprimindo nas pessoas com deficiência, em especial, nas com deficiência intelectual que hoje concluem a Educação Básica e almejam cursos superiores, em detrimento de outras possibilidades de formação ou mesmo inclusão no mundo trabalho.

Isso instiga a pensar em algo que já vem acontecendo em outros países e que está sendo nomeado por MacMillan, Gresham e Forness (1996) como a ilusão da inclusão total. Na condição de profissionais e pesquisadores da Educação Especial, devemos nos autorizar a refletir sobre essa ilusão, rompendo com o pudor e o medo de questionar as atuais políticas de Educação Especial que se dizem como “inclusivas”.

REFERÊNCIAS

ACCORCI, M. I. *A inclusão do estudante com deficiência intelectual na educação superior do IFRS Bento Gonçalves: um olhar sobre a mediação docente*. 2016. 167p. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 13 mai. 2018.

_____. A Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 04, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 05 out. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2018.

_____. Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em: 06 jun. 2018.

_____. Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1>. Acesso em: 06 mai. 2018.

CARNEIRO, M. S. C. *Deficiência Mental como Produção Social: uma discussão a partir de histórias de vida de adultos com Síndrome de Down*. 2007. 195p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS NACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2016*. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2015*. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2014*. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

LIMA, O. M. B. *A trajetória de inclusão de uma aluna com NEE, Síndrome de Down, no ensino superior: um estudo de caso*. 2008. 87p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LOPES, B. J. S. *Programa de transição para a vida adulta de jovens com deficiência intelectual em ambiente universitário*. 2016. 243p. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MACMILLAN, D. L.; GRESHAM, F. M.; FORNESS, S. R. *Full inclusion: na empirical perspective*. Behavioral Disorders, v. 21, n.º 2, p. 145 – 159, 1996.

NASCIMENTO, V. C. G. *Quando as “exceções” desafiam as regras: vozes de pessoas com deficiência sobre o processo de inclusão no Ensino Superior*. 2011. 117p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

Recebido em: 02 de janeiro 2018

Modificado em: 29 de março de 2018

Aceito em: 30 de junho de 2018

